

- RODRIGUES, Benjamin, "A prescrição no Direito tributário", in Vários AA, *Problemas fundamentais de Direito tributário*, Vislis, Lisboa, 1999.
- SALDANHA SANCHES, J. L., *Manual de Direito Fiscal*, Coimbra Editora, Coimbra, 2007.
- SANTAMARÍA PASTOR, J., *Principios de Derecho administrativo general*, I, Iustel, Madrid, 2004.
- SOARES, Rogério E., *Direito Administrativo*, Coimbra, 1978.
- TIPKE, Klaus e LANG, Joachim, *Steuerecht*, 15.ª edição, Vig. Otto Schmidt, Köln, 1996.
- VEGA HERRERO, Manuela, *La prescripción de la obligación tributaria*, Lex Nova, Valladolid, 1990.
- VIEIRA DE ANDRADE, *A Justiça Administrativa (lições)*, 9.ª edição, Almedina, Coimbra, 2007.
- XAVIER, Alberto, *Conceito e natureza do acto tributário*, Almedina, Coimbra, 1972.
- , *Direito Tributário Internacional*, Almedina, Coimbra, 1993.
- , *Manual de Direito Fiscal*, Lisboa, 1981.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

	Págs.
1. Direito tributário substantivo e Direito tributário adjectivo.....	5
1.1. Termos da distinção.....	5
1.2. Uma noção adequada de <i>tributo</i>	6
1.3. Importância da denominação: Direito tributário e jurisdição tributária...	7
1.4. O conteúdo do Direito Tributário adjectivo. Sequência.....	9
2. A actividade administrativa tributária	10
2.1. Noção de Administração tributária e enquadramento da sua actividade...	11
2.2. Noção e classificação dos actos da Administração tributária.....	13
a) Actos singulares (individuais) e actos gerais.....	13
b) Actos unilaterais e actos consensuais	14
c) Actos impositivos e actos não impositivos.....	16
d) Actos definitivos e actos não definitivos	17
e) Actos de primeiro grau e actos de segundo grau.....	19
f) Actos expressos e actos tácitos	20
g) Actos vinculados e actos discricionários	21
h) Actos válidos e actos inválidos. Actos eficazes e actos ineficazes....	23
2.3. Os actos tributários em particular (noção ampla e noção restrita). Importância da autonomização.....	25
3. A jurisdição tributária	28
3.1. As finalidades e o enquadramento da jurisdição tributária	28
3.2. Dimensões constitucionais da jurisdição tributária	29
a) O princípio da constitucionalidade.....	30
b) O princípio da independência dos tribunais	31
c) O princípio da reserva da função jurisdiccional em matéria tribu- tária	33

	Págs.
d) O princípio da protecção jurídica.....	35
e) O princípio da reserva legal das garantias dos contribuintes	36
4. A privatização da actividade tributária. A des-administrativização e a intervenção dos privados.....	37
5. As garantias dos contribuintes (primeira abordagem).....	38
5.1. Garantias administrativas.....	39
5.1.1. Garantias administrativas não impugnatórias.....	39
a) Direito à informação	39
b) Direito de participação	41
5.1.2. Garantias administrativas impugnatórias.....	44
a) Direito de reclamação	45
b) Direito de recurso (administrativo).....	45
5.2. Garantias jurisdicionais.....	46
a) Direito de acção judicial.....	46
b) Direito de oposição	47
c) Direito de recurso (jurisdicional)	47
6. Caracteres essenciais do Direito Tributário adjectivo	48
7. O sistema português de Direito Tributário adjectivo	50
7.1. Evolução e antecedentes próximos	50
7.2. Fontes normativas	53
7.2.1. Espécies de fontes	53
7.2.2. Sistema de fontes e vinculação constitucional	54
7.2.3. Interpretação	58
a) Relevância do princípio da verdade material.....	58
b) Interpretação e dupla dimensão dos Direitos fundamentais	60
7.2.4. Integração	62
7.2.5. Aplicação	63
7.2.5.1. Aplicação no tempo	63
7.2.5.2. Aplicação no espaço	67

PARTE I
O PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO

	Págs.
1. A noção de procedimento.....	71
1.1. A necessidade de uma visão multidisciplinar	71
1.2. O procedimento enquanto realidade jurídica	73
1.3. Posição adoptada.....	75
1.4. Procedimento e processo	77
2. As fases do procedimento, em geral.....	81
2.1. Fase da iniciativa	82
2.2. Fase instrutória.....	85
2.3. Fase decisória.....	87
a) Decisão expressa — deferimento ou indeferimento expressos.....	88
b) Decisão tácita — deferimento ou indeferimento tácitos.....	89
2.4. Fase integrativa de eficácia.....	91
3. Princípios aplicáveis ao procedimento tributário.....	92
3.1. O princípio da legalidade da actuação administrativa	93
3.2. O princípio da verdade material	94
a) Enunciação	94
b) Sub-princípio da cooperação	95
c) Desvios	97
3.3. O princípio da vinculação de forma	97
3.4. O princípio da celeridade	99
3.5. O princípio da proibição do excesso	100
3.6. O princípio da disponibilidade e do inquisitório	101
a) Princípio da disponibilidade	102
b) Princípio do inquisitório	103
3.7. O princípio da participação e do contraditório	105
3.8. O princípio da confidencialidade	106
3.9. O princípio da imparcialidade — o dever de investigação da Administração tributária	110
3.10. O princípio da obrigatoriedade de pronúncia e de decisão	111
3.11. O princípio da obrigatoriedade de fundamentação da decisão	112

	Págs.
3.12. O princípio da publicidade dos actos	115
a) Publicidade mediante publicação	115
b) Publicidade mediante notificação — o regime das notificações em matéria tributária	116
α) Noção e tipos de notificação	116
β) O regime das notificações em matéria tributária	117
3.13. O princípio do duplo grau de decisão	120
4. Os actores do procedimento	121
4.1. Pressupostos procedimentais	121
4.2. Legitimidade no procedimento — a legitimidade em geral	123
4.3. As entidades com legitimidade procedimental tributária	124
4.3.1. A Administração tributária	124
4.3.1.1. Noção de “Administração tributária” e enquadramento da sua actividade	124
4.3.1.2. A fixação da competência da Administração tributária. A competência tributária	127
4.3.1.3. Os factores atributivos de competência tributária	128
a) A competência tributária em razão da matéria ...	129
b) A competência tributária em razão do território ...	130
c) A competência tributária em razão da hierarquia ...	131
d) A competência em razão do valor	133
4.3.1.4. Os conflitos de competência	134
4.3.1.5. A incompetência	135
4.3.2. Os sujeitos passivos	135
4.3.3. Outras entidades com legitimidade procedimental: as partes nos contratos fiscais e outras pessoas que provem interesse legalmente protegido	137
5. Os procedimentos tributários em especial	138
§ único: sequência	138
5.1. Procedimentos de natureza informativa	139
5.1.1. Procedimentos cujo destinatário da informação é o contribuinte ...	139
5.1.1.1. Procedimento de orientações genéricas	139
5.1.1.2. Procedimento de informações vinculativas	142

	Págs.
5.1.2. Procedimentos cujo destinatário da informação é a Administração tributária	145
5.1.2.1. Procedimento de inspecção tributária	145
a) Enquadramento do procedimento de inspecção tributária	145
b) Espécies de inspecção tributária	146
c) Os actores do procedimento de inspecção tributária	147
α) A Administração tributária	147
β) Os sujeitos passivos	148
d) Conteúdo do procedimento de inspecção	152
α) dimensão material dos actos inspectivos	152
β) dimensão espacial dos actos inspectivos	153
γ) dimensão temporal dos actos inspectivos	153
e) As consequências do procedimento de inspecção tributária	153
5.1.2.2. Procedimento de acesso a informações bancárias	155
a) Enquadramento do sigilo bancário	155
b) Derrogações ao sigilo bancário	157
5.2. Procedimentos de avaliação	161
5.2.1. Procedimento de avaliação prévia	161
5.2.2. Procedimento de avaliação directa	162
5.2.3. Procedimento de avaliação indirecta	164
a) Pressupostos da determinação da matéria tributável por métodos indirectos	164
α) Situações não patológicas — a aplicação do regime simplificado de tributação	167
β) Situações patológicas	169
1) Impossibilidade de comprovação e quantificação directa e exacta dos elementos indispensáveis à correcta determinação da matéria tributável de qualquer imposto	169

	Págs.
2) A matéria tributável do sujeito passivo se afastar, sem razão justificada, da que resultaria da aplicação de determinados indicadores objectivos da actividade de base técnico-científica	172
3) Os rendimentos declarados em sede de IRS se afastarem significativamente para menos, sem razão justificada, de determinados padrões de rendimento...	174
4) Os sujeitos passivos apresentarem, sem razão justificada, resultados tributáveis nulos ou prejuízos fiscais durante vários exercícios consecutivos	177
5) Existência de uma divergência não justificada de, pelo menos, um terço entre os rendimentos declarados e o acréscimo de património ou o consumo evidenciados pelo sujeito passivo no mesmo período de tributação	177
b) Controlo da aplicação dos métodos indirectos.....	178
5.3. Procedimento de reconhecimento de benefícios fiscais	180
a) Pressupostos do reconhecimento de um benefício fiscal	180
b) Consequências do reconhecimento de um benefício fiscal	181
5.4. Procedimento de ilisão de presunções	182
5.5. Procedimento de liquidação	183
5.6. Procedimento de cobrança	187
5.7. Procedimentos impugnatórios (de segundo grau)	189
5.7.1. Procedimento de revisão da matéria tributável fixada por métodos indirectos	189
a) Pressupostos do pedido de revisão	189
b) Tramitação e consequências jurídicas	191
5.7.2. Procedimento de revisão dos actos tributários	192
5.7.3. Procedimento de reclamação graciosa	197
a) Enquadramento jurídico	197
b) Fundamentos da reclamação	198
α) Fundamentos relativos a questões de facto	199
β) Fundamentos relativos a questões de Direito	199
c) Tempestividade	200
d) Tramitação do procedimento	201
e) Impugnação da decisão	203

	Págs.
f) As reclamações gratuitas necessárias	204
α) Reclamação em caso de autoliquidação	205
β) Reclamação em caso de retenções na fonte	206
γ) Reclamação em caso de pagamentos por conta	208
5.7.4. Procedimento de recurso hierárquico	209
5.7.5. O procedimento de correcção dos erros da administração tributária	212
5.8. Procedimentos cautelares	215
PARTE II	
O PROCESSO TRIBUTÁRIO	
1. Enquadramento do processo tributário	217
1.1. O processo tributário como um contencioso pleno — as quatro exigências constitucionais	218
a) A exigência de meios de reconhecimento de direitos ou interesses...	219
b) A exigência de meios de impugnação de actos lesivos	220
c) A exigência de meios de determinação da prática de actos legalmente devidos	221
d) A exigência de meios cautelares adequados	222
1.2. O processo tributário como um contencioso de legalidade	223
2. Princípios estruturantes do processo tributário	224
2.1. Enquadramento	224
2.2. Princípio da plenitude dos meios processuais	225
2.3. Princípio da justiça (verdade material)	225
2.4. Princípio da colaboração	226
2.5. Princípio da celeridade	226
2.6. Princípio do inquisitório	228
2.7. Princípio do contraditório	229
2.8. Princípio da aquisição processual	230
2.9. Princípio do duplo grau de jurisdição	230
3. Os actores do processo tributário	232
3.1. Actor e parte no processo	232
3.2. Legitimidade para intervir no processo	233
3.2.1. A legitimidade em geral	233

	Págs.
3.2.2. As entidades com legitimidade processual tributária	233
3.2.2.1. Os sujeitos passivos	233
3.2.2.2. A Administração tributária — o representante da fazenda pública.....	234
3.2.2.3. O Ministério Público.....	237
3.3. O Tribunal.....	239
3.3.1. Jurisdição tributária e competência dos tribunais tributários. Termos da distinção	239
a) Jurisdição	239
b) Competência	241
3.3.2. A competência dos tribunais tributários.....	242
3.3.2.1. Competência em razão da matéria	242
3.3.2.2. Competência em razão do território.....	243
3.3.2.3. Competência em razão da hierarquia	244
3.3.2.4. Competência em razão do valor.....	246
3.3.3. A incompetência dos tribunais tributários	248
3.3.3.1. Incompetência absoluta.....	248
3.3.3.2. Incompetência relativa	249
4. O formalismo processual	251
4.1. As fases do processo, em geral	251
4.2. As nulidades processuais.....	252
5. Os meios processuais (contencioso tributário)	254
5.1. Introdução	254
5.1.1. Âmbito do contencioso tributário. Sequência.....	254
5.1.2. A escolha do meio processual adequado e o dever de correcção do processo (convolação).....	257
5.2. processo de impugnação judicial	259
5.2.1. Âmbito e natureza do processo	259
5.2.2. Relações com a reclamação graciosa	260
5.2.3. Os fundamentos do processo	263
5.2.4. Tempestividade.....	263

	Págs.
5.2.5. A tramitação	266
5.2.5.1. Iniciativa: a petição inicial	266
5.2.5.2. Defesa: a contestação.....	269
5.2.5.3. Decisão pré-instrutória ou preliminar	270
5.2.5.4. A instrução	272
5.2.5.5. Alegações	274
5.2.5.6. Vista ao Ministério Público.....	275
5.2.5.7. Sentença.....	276
5.2.6. Os efeitos da decisão (execução do julgado)	278
5.2.7. Os incidentes	280
5.3. O recurso contencioso dos actos administrativos em matéria tributária que não envolvam a apreciação da legalidade do acto de liquidação....	282
5.4. A Acção para reconhecimento de um direito ou interesse em matéria tributária	285
5.5. O Processo de execução fiscal.....	286
5.5.1. Enquadramento e natureza.....	286
5.5.2. Pressupostos.....	287
5.5.2.1. Pressupostos materiais — o objecto do processo de execução fiscal	287
5.5.2.2. Pressupostos formais — o título executivo	290
5.5.3. Competência para proceder à execução fiscal. A dupla natu- reza dos actos de execução.....	292
5.5.4. Legitimidade para intervir no processo de execução fiscal	295
5.5.4.1. Legitimidade para intervir como exequire	295
5.5.4.1.1. Legitimidade para intervir como executado... 5.5.4.1.1.1. Mediante processo de exe- cução instaurado contra si próprio	295
5.5.4.1.1.2. Mediante reversão do pro- cesso de execução	296
a) Reversão em caso de res- ponsabilidade tributária... b) Reversão em outras situa- ções	296
c) Reacção ao despacho que ordenar a reversão	298
	300

	Págs.
5.5.5. Tramitação do processo de execução fiscal.....	301
5.5.5.1. Instauração da execução	301
5.5.5.2. Citação do executado	302
5.5.5.2.1. Funções da citação	302
5.5.5.2.2. Exigências legais da citação	303
a) Exigências formais.....	304
b) Exigências substanciais	306
5.5.5.3. A reacção do executado.....	306
5.5.5.3.1. Dedução de oposição	307
a) Pressupostos genéricos — prestação de garantia e direito a indemnização....	307
b) Requisitos da oposição	308
α) Requisitos materiais	309
β) Requisitos formais.....	310
γ) Requisitos temporais	310
c) Tramitação do processo de oposição...	311
5.5.5.3.2. Requerimento de dação em pagamento....	312
5.5.5.3.3. Solicitação do pagamento em prestações...	313
5.5.5.4. Penhora.....	316
5.5.5.5. Convocação de credores	318
a) Credores com garantia real	319
b) Cônjuge do executado	322
5.5.5.6. Venda dos bens penhorados	323
5.5.6. Vicissitudes do processo de execução fiscal: incidentes e suspensão da execução.....	325
5.5.7. Extinção da execução.....	328
5.5.8. Causas de nulidade processual	329
5.5.9. Reclamações das decisões do órgão da execução fiscal	329
5.6. Contencioso cautelar (jurisdicional).....	332
5.6.1. Providências a favor da Administração tributária	334
a) O arresto	334
b) O arrolamento	336

	Págs.
5.6.2. Providências a favor do contribuinte. Em particular, o pedido de suspensão de eficácia de actos	336
5.7. Impugnação de providências cautelares adoptadas pela Administração tributária	338
5.8. Intimação para um comportamento.....	339
5.9. Processos respeitantes à derrogação sigilo bancário	341
5.9.1. Enquadramento	341
5.9.2. Pedido de acesso a informações bancárias	343
5.9.3. Recurso da decisão administrativa de acesso a informações bancárias	343
5.10. Recurso da decisão de avaliação da matéria colectável com base em manifestações de fortuna	344
5.11. Reclamações das decisões do órgão da execução fiscal (remissão)	345
5.12. Meios processuais regulados pelo disposto nas normas sobre o processo nos tribunais administrativos.....	345
6. Os recursos das decisões dos tribunais tributários (recursos jurisdicionais)....	346
6.1. Enquadramento	346
6.2. Decisões recorríveis.....	348
6.3. Legitimidade para recorrer	349
6.4. A instância de recurso	350
6.5. Termos em que o recurso deve ser interposto	352
PARTE III	
RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	
§ único: sequência	355
1. Desjurisdicionalização, matéria tributária e princípios constitucionais	356
a) Princípio da reserva da função jurisdicional.....	357
b) Princípio da indisponibilidade do crédito tributário	360
c) Superação dos paradigmas clássicos	360
2. Quadro tipológico dos meios alternativos de resolução da litigiosidade tributária.....	361
2.1. Meios preventivos.....	362
2.2. Meios sucessivos / alternativos	364
2.2.1. No decorrer de um procedimento tributário	365
2.2.2. Após a conclusão do procedimento tributário	366
3. O problema do âmbito material das decisões alternativas	368

PARTE IV

**PRAZOS (A RELEVÂNCIA DO TEMPO
NA PRÁTICA DE ACTOS NO PROCEDIMENTO
E PROCESSO TRIBUTÁRIO)**

	Págs.
§ único: sequência	371
1. A exigência de limitação temporal das situações jurídicas	372
1.1. Princípio da preclusão e exercício de direitos em geral.....	372
1.2. Princípio da preclusão e exercício de direitos em Direito tributário ...	376
1.3. Prazos em procedimento e processo tributário.....	377
1.3.1. Tipos de prazos (prazos substantivos e prazos adjectivos).....	377
1.3.2. O modo de contagem dos prazos	379
a) Prazos substantivos.....	379
b) Prazos adjectivos	382
1.4. Em particular, a prescrição e a caducidade em Direito tributário (aproximação).....	383
2. Prescrição	387
2.1. Objecto da prescrição e relevância do facto tributário.....	387
2.2. Regime normativo.....	389
2.2.1. Contagem do prazo	390
2.2.2. Vicissitudes do prazo prescricional	392
a) Interrupção da prescrição	393
α) Alcance do efeito interruptivo.....	393
β) Âmbito subjectivo da interrupção	395
γ) Âmbito objectivo da interrupção.....	397
b) Suspensão da prescrição.....	398
2.2.3. Modificação dos prazos prescricionais.....	400
2.2.4. Conhecimento administrativo e jurisdicional da prescrição.....	403
a) Conhecimento administrativo.....	403
b) Conhecimento jurisdicional	404

	Págs.
3. Caducidade	406
3.1. Enquadramento: a multiplicidade de prazos de caducidade	406
3.2. Em particular, a caducidade do direito à liquidação	408
3.2.1. A relevância do acto liquidatório e o prazo geral de caducidade.....	408
3.2.2. Regime normativo	410
3.2.2.1. Contagem do prazo	411
3.2.2.2. Vicissitudes do prazo de caducidade	414
3.2.2.3. Modificação dos prazos de caducidade.....	416
3.2.2.4. Conhecimento administrativo e jurisdicional da caducidade.....	416
a) Conhecimento administrativo.....	417
b) Conhecimento jurisdicional.....	417